

Democracia requer comedimento

Rubens Penha Cysne

Professor da EPGE Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV EPGE)

Decisões democráticas podem embutir sementes adormecidas de tirania entre gerações. Isso porque aqueles pertencentes a gerações futuras, seja porque ainda não nasceram ou porque não se encontram em idade de votar, estarão sempre sujeitos às consequências de um processo de escolha do qual não puderam participar.

Por esse motivo, sociedades avançadas buscam legitimar suas decisões democráticas dotando-as de benevolência para com o futuro, num necessário exercício de comedimento intergeracional. O bem-estar daqueles que responderão com seu trabalho e impostos a direitos adquiridos a serem exercidos no futuro, pelos que agora decidem, tende a ser devidamente levado em consideração nas decisões do presente.

Quando uma geração se apropria de forma exagerada do poder aquisitivo e do estoque de capital (físico, humano e social) das gerações futuras, suas decisões pretéritas tornam-se mais questionáveis. Ameaçam também o crescimento econômico. Alguns jovens acabam posteriormente votando com os pés, abandonando o país.

Uma das evidências da falta de suficiente altruísmo intergeracional é a existência de situações não sustentáveis no longo prazo. A contínua deterioração do meio ambiente representa um exemplo nesse sentido. O perigo maior das sandices coletivas, como se sabe, é que elas

podem ser facilmente negadas, mas dificilmente evitadas.

No contexto de um país, um legado desbalanceado de gerações passadas sobre as futuras pode ainda se manifestar (além da degradação ambiental) sob pelo menos cinco diferentes formas: privilégios injustificados de algumas classes sobre outras; elevado endividamento público; alto passivo externo líquido, relativamente ao potencial do país; gastos previdenciários muito acima da média mundial, observada a distribuição demográfica; e, fraco desempenho na acumulação de capital, seja social, físico ou humano.

Governos têm um papel crucial nesse equilíbrio entre gerações. No caso do Brasil esses sintomas de baixo altruísmo intergeracional se mostram presentes. São impressões digitais de políticas econômicas adotadas há algumas décadas e de resistências passadas e presentes de alguns grupos a correções de rumo.

É sempre possível para um político populista sacrificar o futuro em prol do seu mandato presente. Elevações de isenções fiscais ou de subsídios é uma delas.

Se um bem de consumo custa R\$ 2 no mercado, emita-se dívida pública de R\$ 1, pague-se R\$ 1 de subsídio ao produtor e coloque-se o produto na prateleira a R\$ 1, raciocina um candidato populista à reeleição. A população fica contente com a súbita duplicação de sua capacidade de consumir

aquele produto. O político aumenta suas chances de reeleição. A conta, evidentemente, fica para a geração futura, que terá que pagar mais impostos para resgatar o aumento da dívida no valor de R\$ 1, acrescido dos juros.

Trocas de futuro por presente podem também ser feitas através de benefícios previdenciários fora de sintonia com a evolução da economia. Tome-se, por exemplo, um país, como o Brasil, onde há um pouco menos do que dois contribuintes para cada beneficiário da Previdência. Nesse caso, uma aposentadoria de 45% do salário da ativa (número próximo ao dos Estados Unidos) exige do contribuinte uma alíquota de contribuição de pelo menos 22,5% (= 45/2%) do salário.

Mas tal alíquota sobe de 22,5% para 40% (= 80/2%) se o político de plantão estipula que a aposentadoria deverá ser de 80%, e não de apenas 45% do salário da ativa. Ou sobe para 30% (= 45/1,5%), se a aposentadoria de 45% do salário da ativa é mantida, mas uma generosa redução da idade mínima de aposentadoria diminui a razão entre contribuintes e aposentados de 2 para 1,5.

A evolução não sustentável da dívida pública em todas as esferas deixa clara, no Brasil atual, a necessidade de suporte político, em particular da parte dos mais jovens, à austeridade fiscal e a reformas previdenciárias ambiciosas na correção dos desequilíbrios atuais. ■